

Mudanças na Previdência

(Comparação entre a contribuição do serviço público e livre iniciativa)

Salário R\$	Iniciativa Privada	Serviço Público (hoje)	Serviço Público (com.ajuste)
540	48,60	59,40	59,40
1.200	118,96	132	132
1.250	118,96	137,50	142
4.000	118,96	440	692

340

Funcionário público prepara mobilização contra pacote fiscal

Jorge Ferreira
de São Paulo

Os servidores públicos já iniciaram a mobilização para tentar derubar os pontos do pacote fiscal que atingem a categoria. Segundo Ismael José César, diretor da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) e também do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsef), em Brasília, será convocada uma reunião plenária nacional das diversas categorias em novembro, em data a ser definida, para traçar os planos contra o ajuste.

"Mais uma vez, o governo quer que os servidores paguem a conta por uma crise que não foi causada por eles. O aumento da contribuição à Previdência é uma redução real dos salários e isso depois de quatro anos sem reajuste", reclama.

A primeira medida será entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra alguns pontos do pacote, em especial o que estende a contribuição previdenciária aos inativos. "Já há uma manifestação do Supremo Tribunal Federal nesse sentido", disse César.

Outra, será a ação política no Congresso Nacional. "Estamos em contato com vários deputados e está claro que há resistência contra as medidas até na base de apoio do governo. Vamos trabalhar junto aos parlamentares para que o pacote não seja aprovado, pelo menos na forma original."

Segundo o sindicalista, durante a plenária nacional, no próximo mês, será apresentada a proposta de uma greve nacional da categoria.

Waldemir Bargieri, diretor do Sindicato dos Funcionários do Banco Central (Sinal), afirma que a entidade também vai à Justiça contra o aumento da contribuição previdenciária, que ele classifica de "redução salarial por medida provisória".

"Vamos mostrar à opinião pública que os servidores não são responsáveis pela crise. Esse pacote só vai trazer recessão e quebra-deira, inclusive no setor financeiro. E depois, vão chamar o BC para salvar os bancos quebrados de novo", ataca.

Bargieri afirma que os funcionários do BC sempre pagaram por sua aposentadoria e, portanto, não contribuíram em nada para o déficit da Previdência. "Antes de 1996, nós éramos contratados pela CLT, como qualquer trabalhador comum. Pagávamos o INSS normalmente e mais 12% do salário para nosso fundo de pensão, o Centrus", lembra.

"Por decisão do Supremo Tribunal Federal, inclusive contra a nossa vontade, é que passamos a ter status de funcionário público", diz. Hoje, os funcionários do BC recolhem apenas 11% para a Previdência, como os demais servidores. O governo pretende extinguir o Centrus".

Segundo Boletim Estatístico de Pessoal, do Ministério da Administração, em maio a União tinha 1.827 milhão de servidores, sendo 928,1 mil ativos — entre os Três Poderes,

militares, funcionários de estatais e sociedades de economia mista.

Dos 899,6 mil inativos, só 533,2 mil estão incluídos no regime de aposentadoria dos servidores. Excluídos os que possuem sistema próprio de pensão — como os militares —, restam 1.461 milhão de pessoas. É dessas que o governo pretende arrecadar R\$ 4,8 bilhões no próximo ano. Equivalente a uma contribuição média de R\$ 273,71 ao mês.

Em relação à remuneração, os funcionários mais bem pagos são os do Poder Legislativo. Seus servidores da ativa recebem, em média, R\$ 4,3 mil por mês, em comparação aos R\$ 1,5 mil dos servidores do Executivo e aos R\$ 2,8 mil do Judiciário — excluídos, é claro, os magistrados, procuradores e ministros do Supremo Tribunal Federal. Ainda não é certo que estes paguem as novas alíquotas previstas no ajuste fiscal do governo. Na quarta-feira, quando do anúncio do pacote, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que esses servidores não estarão sujeitos às novas contribuições. Informação contrária à divulgada pela assessoria jurídica do Ministério da Previdência.

Entre os funcionários do Executivo, 25,3% do total (ativos e inativos), ou seja, 281,8 mil pessoas, recebem de R\$ 751 a R\$ 1 mil por mês. Mas uma minoria, de 0,2% (2,2 mil pessoas) ganham mais de R\$ 8,5 mil.

Quanto ao perfil dos servidores civis do Executivo, em atividade, 292,4 mil são homens e 230,7 mil, mulheres. E 44,2% têm de 36 a 45 anos de idade. Do total de 523,2 mil, 29,6% têm curso superior. Apenas 0,5% são analfabetos, enquanto 14,6% têm cursos de pós-graduação (7,1%), mestrado (4,6%) ou doutorado (2,9%).

Embora em termos absolutos o estado do Rio de Janeiro abrigue o maior número de servidores civis ativos do Executivo (111,7 mil pessoas), sua participação em relação ao total da população fluminense é de 0,83%, a quarta maior do País. Em números absolutos, o Rio de Janeiro só perde para o Distrito Federal, com 44,2 mil funcionários (2,43% da população). Proporcionalmente, os estados com mais servidores do Executivo são Roraima (4,39%) e Amapá (2,63%).

Quanto aos aposentados da União, dos 760 mil beneficiários (incluindo pensionistas) recebem um benefício médio de R\$ 1,2 mil mensais, enquanto os aposentados pela iniciativa privada ganham, em média, R\$ 160 — 7,4 vezes menos —, pouco mais do que um salário mínimo (R\$ 130).

Em termos de salários mínimos, as maiores aposentadorias são pagas aos aposentados do Poder Legislativo, que ganham em média 33,9 salários (R\$ 4.407) e do Judiciário, que recebem 32,6 salários (R\$ 4.238). Os aposentados civis do Executivo têm rendimento médio de 13,4 salário, ou R\$ 1.742.